RELATORIO DE GESTÃO DO TITULAR DE UNIDADE GESTORA

I - Informações gerais sobre a unidade e respectivos responsáveis;

Município de *Iraceminha*, CNPJ 80.623.606/0001-12, situado na Rua Dona Paulina, 780, centro, Iraceminha Santa Catarina, telefone 49 3665-3200 e endereço eletrônico **www.iraceminha.sc.gov.br.** Tendo como responsável Jean Carlos Nyland, prefeito municipal no exercício de 2018, residente na Rua São José, nº 54 no Município de Iraceminha portador de CPF 057.328.099-10.

O Município de Iraceminha possui 7 (sete) secretarias e (1) um Fundo Municipal de Saúde que se encontram organizadas da seguinte forma:

- Secretaria Municipal de Administração e Fazenda;

- Secretaria da Indústria, Comércio e Desenvolvimento Econômico;

- Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;

- Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

- Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes e Turismo;

- Secretaria Municipal Infraestrutura, Transportes e Planejamento e Urbanismo;

- Secretaria Municipal de Saúde.

O município possui 6 conselhos municipais: Conselho de Assistência Social, Conselho Alimentação Escolar, Conselho Fundeb, Conselho Municipal dos direitos da Infância e do Adolescente, Conselho Municipal Idoso e Conselho Saúde.

II – Informações sobre a gestão orçamentária e financeira da unidade:

Um dos maiores desafios atuais da Administração Pública nas três esferas de governo é aumentar o nível de investimento principalmente em obras de infra-estrutura básica, mediante a redução dos gastos com a manutenção da chamada máquina pública (despesas com pessoal e encargos sociais e despesas de custeio). Isso tudo, sem que haja aumento da carga tributária, já extremamente pesada.

Via de regra, o percentual empregado em investimentos em relação à arrecadação das receitas tributárias é extremamente baixo, aproximadamente 11,88%. Porém, dada a característica do município, com predomínio de geração de renda da agricultura e sendo a maior parte da arrecadação de transferências federais, o município vem investindo na melhoria de estradas, construção de barracão industrial, para fomentar o crescimento do município.

Em relação aos investimentos programados pelo Município no ano analisado, tem-se uma análise detalhada no demonstrativo abaixo.

Meta Financeira

Unidade Gestora: 01 - PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA					
Projeto	**Previsão**	**Suplementações**	**Anulações**	**Execução**	**Saldo atual**
1007 - Ampliação e melhoria das escolas de Educação Infantil					
	6000,00	0	0	0	6000,00
1009 - Aquisição de parques infantis para as unidades escolares de nosso município					
	6000,00	0	0	0	6000,00
1006 - Aquisiçao de Veículos para transporte escolar					
	1000,00	0	0	0	1000,00
1008 - Ampliação e melhoria das escolas de ensino fundamental					
	15000,00	10000,00	10000,00	267,70	14732,30
1012 - Implantação do Plano municipal da Cultura					
	1000,00	0	0	0	1000,00
1013 - Implantação da Rota Turística					
	21000,00	0	21000,00	0	0
1054 - Implantação de Espaços Físicos para turismo					
	10000,00	487500,00	0	100723,18	396776,82
1015 - Construção de Ginásio Esportivo					
	1000,00	317590,80	0	317590,79	1000,01
1017 - Implantação de academias ao ar livre					
	1000,00	0	0	0	1000,00
1018 - Implantação de Espaço Físico para prática esportiva					
	31000	0	9000,00	21537,10	462,90
1019 - Ampliação da patrulha mecanizada					
	30000,00	0	6000,00	24000,00	0
1020 - programas de incentivo a agricultura					

700000,00	0	254000	364959,55	81040,45
1029 - Aquisição de Máquinas e veículos para a Secretaria dos Transportes				
255000,00	103621,08	50000,00	306560,00	2061,08
1030 - Construção e manutenção de abrigos de passageiros				
13000,00	0	13000,00	0	0
1031 - Construção de pontes, pontilhões e bueiros				
50000,00	0	50000,00	0	0
1056 - Pavimentação de rodovias municipais				
135410,00	250968,24	0	373912,88	12465,36
1042 - pavimentaçao e urbanização de vias				
10000	117500	17000	99052,81	11447,19
1043 - Incentivo a construção de passeios públicos				
70000,00	0	70000,00	0	0
1046 - Revitalização de praças municipais				
30000,00	0	29000,00	482,00	518,00
1051 - Construção de pontes e revitalização de rios no perímetro urbano				
20000,00	0	0	13750,00	6250,00
1033 - Organizaçao e realização de festas, feiras e exposições				
30000,00	45000,00	0	69750,92	5249,08
1038 - programa natal luz e ornamentação da cidade				
20000,00	0	0	16664,44	3335,56
1039 - Apoio instalação de novas empresas				
105000	646511,88	144000	535257,69	72254,19
1004 - Apoio a construção de habitação e melhorias para famílias carentes				
51000,00	0	0	25063,66	25936,34
1005 - Aquisição de área para instalação de conjuntos habitacionais				
1000,00	0	0	0	1000,00
1057 - Programa Parlamento Jovem Vereadores Mirins				
15000,00	0	0	8208,38	6791,62
1047 - Construção, ampliação e reforma de unidades sanitárias				
80000,00	6580,71	0	38818,45	47762,26
1048 - Aquisição de veículo para transporte de pacientes				
50000,00	80000,00	0	14900,00	115100,00

Total da Unidade	**687.551,00**	**1.826.956,7**	**688.890,00**	**1.240790,70**	**476.970,14**

Unidade Gestora: 03 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRACEMINHA					
Projeto	**Previsão**	**Suplementações**	**Anulações**	**Execução**	**Saldo atual**
1047 - Construção, Ampliação e Reforma de Unidades Sanitárias					
	6.620,00	6.037,17	0,00	2.790,00	9.867,17
1048 - Aquisição de Veículo para Transporte de Pacientes					
	6.655,00	144.900,25	0,00	149.440,49	2.114,76
Total da Unidade	**1.758.410,00**	**2.065.272,71**	**673.000,00**	**2.331.499,55**	**819.183,16**

Unidade Gestora: 02 - CAMARA MUNICIPAL DE IRACEMINHA					
Total da Unidade	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Destacamos que foram realizadas Audiências Públicas para avaliação das metas estabelecidas na LOA, sendo que os principais objetivos da administração foram atingidos.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Execução orçamentária é a utilização dos créditos consignados no Orçamento (fixados originalmente e nos créditos adicionais), visando à realização dos projetos e/ou atividades atribuídos às respectivas unidades orçamentárias.

A Lei Orçamentária Anual (LOA) como importantíssimo instrumento de planejamento e controle juntamente com o PPA e LDO, orienta ao administrador público o caminho que deve percorrer no exercício financeiro em execução em termos de gastos públicos, vinculando-se aos projetos e atividades nela previstos. Ao estabelecer unicamente a previsão da receita e fixar a despesa, há a necessidade de que se tenha o controle da execução do orçamento, fazendo-se com que as ações e projetos previstos na LOA sejam desenvolvidos/executados em compatibilidade com a receita efetivamente arrecadada. Isso é em essência o que denomina-se responsabilidade fiscal, ou seja, executar o planejado no orçamento na medida do ingresso da necessária receita.

Demonstrativo da Execução Orçamentária

A demonstração da execução orçamentária é instrumento imprescindível para o administrador público na tomada de decisões quanto ao andamento das obras, ações e projetos a serem desenvolvidos no exercício. A constatação de superávit ou déficit alerta para a “velocidade” que deve empregar à Administração. Havendo déficit deve “pisar o pé no freio”. Havendo superávit estará mais tranquilo e poderá “acelerar” um pouco mais o desenvolvimento das ações administrativas.

No confronto entre a receita efetivamente arrecadada com a despesa empenhada (comprometimento das dotações orçamentárias) No Exercício em análise, verifica-se superávit de de execução orçamentária no valor de R$ 117.499,38.

Receita Arrecadada (+)	Despesa Empenhada (-)	Superávit
17.990.760,35	17.873.260,97	117.499,38

Levando-se em conta a receita arrecadada e a despesa liquidada (aquela em que o material foi entregue, o serviço foi prestado ou obra executada) no exercício analisado, nos demonstra Superávit na ordem de R$ 700.618,63.

Receita Arrecadada (+)	Despesa Liquidada (-)	Superávit (=)
17.990.760,35	17.290.141,72	700.618,63

Receita Orçamentária por Natureza

A Receita Orçamentária é aquela prevista anualmente na Lei Orçamentária Anual (LOA), decorrente da arrecadação dos tributos de competência originária do Município e das transferências constitucionais e espontâneas da União e do Estado e mesmo as receitas decorrentes de empréstimos junto à instituição financeiras públicas ou privadas. Divide-se em Receitas Correntes (destinadas à cobertura das despesas de custeio/manutenção) e Receitas de Capital (destinadas à cobertura de despesas com investimentos, tais como obras, equipamentos, bens permanentes e outras).

A Receita Orçamentária arrecadada no exercício importou em R$ 17.990.760,35, conforme fontes abaixo demonstradas:

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS		
DESCRIÇÃO	**Previsão Atualizada**	**Arrecadas No Exercício**
Receitas Correntes (I)	16.460.331,00	16.558.862,37
Receitas de Capital (II)	200.000,00	1.431.897,00
TOTAL (+II)	**16.660.331,00**	**17.990.760,35**

Receita Tributária

Em síntese, Receita Tributária é toda a fonte de renda que deriva da arrecadação estatal de tributos, dos quais são espécies os impostos, as taxas, as contribuições de melhoria, os empréstimos compulsórios e as contribuições especiais.

A Receita Tributária arrecadada no exercício importou em R$ 995.181,71 equivalente a 5.53% do total arrecadado.

Receita de Contribuições

São as provenientes das contribuições com vinculação específica para custeio dos regimes de previdência, planos de saúde e cotas provenientes de compensações financeiras.

A Receita de Contribuições arrecadada no exercício importou em R$ 109.644,55 equivalente a 0.60% do total arrecadado.

Receita Patrimonial

É aquela proveniente do resultado financeiro da utilização do patrimônio (bens mobiliários ou imobiliários), como por exemplo: aluguéis, dividendos, receita oriunda de aplicação financeira, etc.

A Receita Patrimonial arrecadada no exercício importou em R$ 54.289,45 equivalente a 0.3% do total arrecadado.

Receita de Serviços

É aquela proveniente de atividades caracterizadas pela prestação de serviços por órgãos e entidades da Administração Pública.

A Receita de Serviços arrecadada no exercício importou em R$ 4.591,08 equivalente a 0.02% do total arrecadado.

Transferências Correntes

São recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público de outras esferas de governo ou de direito privado, destinados ao atendimento de despesas correntes.

As Transferências Correntes recebidas no exercício importaram em R$ 15.105.597,27 equivalente a 83,96% do total arrecadado.

Outras Receitas Correntes

Compreende as receitas de multas e juros de mora, indenizações e restituições, receita da dívida ativa, etc.

Os recursos provenientes de Outras Receitas Correntes arrecadados no exercício importaram em R$ 289.558,31 equivalente a 1,6% do total arrecadado.

Alienação de Bens

É aquela decorrente do processo de transferência de domínio de bens móveis e imóveis públicos a terceiros.

A receita proveniente de Alienação de Bens, no exercício, importou em R$ 313.000,00 equivalente a 1.74% do total arrecadado.

Transferências de Capital

São recursos recebidos de outras pessoas de direito público de outras esferas de governo ou de direito privado, cuja aplicação será para atender as despesas de capital.

As Transferências de Capital recebidas no exercício importaram em R$ 1.118.897,98 equivalente a 6.20% do total arrecadado.

Despesa Orçamentária

A Despesa Orçamentária é aquela realizada pela Administração Pública visando a manutenção e o funcionamento dos serviços públicos, bem como, a produção, aquisição ou constituição de bens que integrarão o patrimônio público ou para uso da comunidade, desde que devidamente autorizada por Lei.

O artigo 58 da Lei Federal n. 4.320/64, ressalta que o empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. Ou seja, o empenhamento é o primeiro estágio da execução da despesa.

A despesa empenhada No Exercício importou em R$ 17.873.260,97 equivalente a 88,93% do orçamento.

ORÇAMENTO ATUALIZADO	DESPESA EMPENHADA	%
20.097.243,68	17.873.260,97	88,93%

Dispõe o artigo 63 da Lei Federal n. 4.320/64:

Art. 63. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
§ 1° Essa verificação tem por fim apurar:
I - a origem e o objeto do que se deve pagar;
II - a importância exata a pagar;
III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.
§ 2º A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base:
I - o contrato, ajuste ou acordo respectivo;
II - a nota de empenho;
III - os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.

A liquidação é a segunda fase da execução da despesa.

A despesa liquidada no Exercício importou em R$ 17.290.141,72, equivalendo a 96,73% da despesa empenhada.

DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADA	%
17.873.260,97	17.290.141,72	96,73%

A despesa paga é aquela que, tendo sido cumpridos os dois estágios anteriores (empenhamento e liquidação), há o efetivo desembolso dos recursos financeiros do erário público como contrapartida do fornecimento da mercadoria, prestação do serviço ou execução de obra. Ela se perfectibiliza pela emissão da ordem de pagamento.

A despesa paga No Exercício importou em R$ 17.264.025,08, equivalente a 99.84% da despesa liquidada.

DESPESA LIQUIDADA	DESPESA PAGA	%
17.290.141,72	17.264.025,08	99.84%

Execução da Despesa

O demonstrativo a seguir traz a execução das despesas por Órgão de Governo (Unidades Administrativas como Câmara de Vereadores, Secretarias e Fundos Municipais), possibilitando ao Administrador Público o acompanhamento e controle das despesas empenhadas, liquidadas e pagas por tais unidades:

DESPESAS POR ORGÃO DE GOVERNO			
DESCRIÇÃO	**Empenhadas**	**Liquidadas**	**Pagas**
0102 - GABINETE DO PREFEITO	635.827,08	635.827,08	631.804,99
0103 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO E FAZENDA	1.437.644,44	1.435.204,44	1.429.094,88
0105 - SECRETARIA MUNIC.DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO	635.819,63	635.699,63	635.699,63
0106 - SECRETARIA MUNIC.DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	3.835.815,61	3.574.603,05	3.572.958,05
0107 - SECRETARIA MUNIC.DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	936.512,44	936.323,44	936.323,44
0108 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, TRANPORTES E PLANEJ.	3.641.972,28	3.560.527,27	3.558.471,97
0109 - SECRET.DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E DESENV.ECONÔMICO	646.553,70	410.173,56	410.173,56
0110 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	629.726,72	629.726,72	624.226,71
0199 - RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00
0304 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	4.628.275,21	4.626.942,47	4.620.157,99
Total	**17.028.147,11**	**16.445.027,66**	**16.418.911,22**

As despesas realizadas, levando-se em conta as funções de governo (objetivos para os quais a administração pública é instituída que, em extrema síntese, é promover o desenvolvimento e bem-estar social), ficam assim distribuídas:

DESPESAS POR FUNÇÃO DE GOVERNO			
DESCRIÇÃO	**Empenhadas**	**Liquidadas**	**Pagas**
01 - Legislativa	845.113,86	845.113,86	845.113,86
04 - Administração	2.040.961,33	2.038.521,33	2.029.330,78
06 - Segurança Pública	32.510,19	32.510,19	31.569,09
08 - Assistência Social	610.755,97	610.635,97	610.635,97
10 - Saúde	4.628.275,21	4.626.942,47	4.620.157,99
11 - Trabalho	0,00	0,00	0,00
12 - Educação	3.187.183,92	3.180.977,68	3.179.332,68
13 - Cultura	118.748,12	18.024,94	18.024,94
15 - Urbanismo	753.461,57	693.501,76	693.501,76
16 - Habitação	25.063,66	25.063,66	25.063,66
18 - Gestão Ambiental	360,00	360,00	360,00
20 - Agricultura	936.152,44	935.963,44	935.963,44
22 - Indústria	560.138,34	323.758,20	323.758,20
23 - Comércio e Serviços	86.415,36	86.415,36	86.415,36
26 - Transporte	2.888.510,71	2.867.025,71	2.864.970,21
27 - Desporto e Lazer	529.615,87	375.600,43	375.600,43
28 - Encargos Especiais	629.726,72	629.726,72	624.226,71
99 - Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00
Total	**17.872.993,27**	**17.290.141,72**	**17.264.025,08**

SITUAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

Dívida Flutuante

O Artigo 92 da Lei Federal 4.320/64 estabelece que a dívida flutuante compreende:

Art. 92. A dívida flutuante compreende:
I - os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida;
II - os serviços da dívida a pagar;
III - os depósitos;
IV - os débitos de tesouraria.

Parágrafo Único: O registro dos restos a pagar far-se-á por exercício e por credor distinguindo-se as despesas processadas das não processadas.

Na dívida flutuante estão incluídos os débitos de curto prazo, por corresponderem a compromissos assumidos por prazo inferior a 12 (doze) meses.

Em relação à dívida flutuante tem-se o seguinte demonstrativo:

1 - RESTOS A PAGAR				
Titulo	**Saldo Anterior**	**Movimentações no Exercício**		**Saldo para Exercício Subsequente**
		Inscrições	**Baixas**	
Restos a Pagar Não Processados	807.416,81	583.119,25	807.416,81	583.119,25
Restos a Pagar Processados	12.133,60	26.116,64	12.133,60	26.116,64
I) TOTAL	**819.550,41**	**609.235,89**	**819.550,41**	**609.235,89**

2 - SERVIÇOS DA DÍVIDA A PAGAR				
Titulo	**Saldo Anterior**	**Movimentações no Exercício**		**Saldo para Exercício Subsequente**
		Inscrições	**Baixas**	
Badesc	0,00	308.294,04	308.294,04	0,00
II) TOTAL	**0,00**	**308.294,04**	**308.294,04**	**0,00**

3 - DEPÓSITOS				
Titulo	**Saldo Anterior**	**Movimentações no Exercício**		**Saldo para Exercício Subsequente**
		Inscrições	**Baixas**	
Aspumi	0,00	5.027,27	5.027,27	0,00
Aspumi	0,00	10.222,20	10.222,20	0,00
Emprestimo Besc	0,00	16.941,12	16.941,12	0,00
Emprestimo Besc	0,00	51.872,59	51.872,59	0,00
Emprestimo Caixa	0,00	4.695,36	4.695,36	0,00
Emprestimo Caixa	0,00	20.260,87	20.260,87	0,00
Emprestimo cresol	0,00	4.629,12	4.629,12	
IRRF	0,00	119,10	119,10	0,00
Inss - Instituto Nacional De Seguridade Social	0,00	55.110,93	55.110,93	0,00
Inss - Instituto Nacional De Seguridade Social	0,00	164.516,56	164.516,56	0,00

INSS	366,66	383.550,20	383.916,86	0,00
Irrf	0,00	17.379,25	17.379,25	0,00
IRRF	0,00	167.793,69	167.729,49	64,20
Iss	0,00	2.004,51	2.004,51	0,00
ISS	0,00	30.059,09	30.059,09	
Pensão Alimentícia	0,00	3.434,40	3.434,40	0,00
Rendimentos De Aplicações Financeiras	0,00	775,31	775,31	0,00
Retenção Salário maternidade	0,00	6.201,34	6.201,34	0,00
Retenções - Empréstimos E Financiamentos	0,00	5.322,96	5.322,96	0,00
Sitespm - 2001	0,00	895,46	895,46	0,00
Sitespm - 2001	0,00	2.350,54	2.350,54	0,00
III) TOTAL	**366,66**	**953.161,87**	**953.464,33**	**64,20**

TOTAL GERAL (I+II+III)	**819.917,07**	**1.870.691,80**	**2.081.308,78**	**609.300,09**

Dívida Fundada Interna

A Lei de Responsabilidade Fiscal ampliou ainda mais este conceito estabelecendo no artigo 29, § 3o, que também integram a dívida pública consolidada as operações de crédito de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento. No artigo 30, § 7o, a mesma LRF determinou que os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos integram a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites.

Balanço Financeiro

O artigo 101 da Lei Federal n° 4.320/64 estabelece que os resultados gerais do exercício, serão demonstrados no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial e na Demonstração das Variações Patrimoniais (...).

No artigo 103 da mesma Lei Federal está disposto que *o Balanço Financeiro demonstrará a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte*.

O Balanço Financeiro é o demonstrativo contábil em que se confrontam, ao final do exercício (ou em um dado momento), as receitas e despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte. A estrutura do Balanço Financeiro permite verificar, no confronto entre receita e despesa, o resultado

financeiro do exercício, bem como o saldo em espécie que se transfere para o exercício seguinte, saldo esse que pode ser positivo (superávit) ou zero (equilíbrio).

Extrai-se do Balanço Financeiro do exercício as seguintes demonstrações e resultado:

Ingressos	
Receitas Orçamentárias (I)	**17.990.760,35**
Ordinária	**8.930.668,03**
Vinculada	**9.060.092,32**
Receitas de Impostos e de Transferência de Imposto	1.318.616,12
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Ilumin	109.644,55
Fundo Especial do Petróleo	114.131,13
Convênio Construção ginásio Biguá	335.298,88
Convênio Construção barracão industrial	269.440,70
Convenio Asfalto Bigua	92.996,96
Convenio pavimentação asfáltica	31.445,14
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico -	14.961,83
Outras Transferências de Recursos FNAS	164.573,42
Transferências de Convênios - Assistência Social	34.640,10
Salário Educação	124.056,38
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar -	31.002,78
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	33.222,30
Convênio Trânsito - Prefeitura	11.443,97
Convênio Trânsito - Militar	12.183,49
Convênio Trânsito - Civil	11.250,72
Transferências de Convênios - Educação	225.944,78
Transferência FUNDEB	1.078.162,78
Convenio ministério turismo – cobertura Rua SJL	97.935,92
Receita Impostos e Transferências – Saúde -Tesouro	2.537329,45
Outros recursos FNDE	43.822,97
Assistência Farmacêutica Básica	24.664,14
Atenção Básica	1.870.690,70
Vigilância em Saúde	38.304,09
Gestão do SUS	11.000,00
Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	134.033,11
Convênio Estado Recuperação Estradas	289.295,91

Transferências Financeiras Recebidas (II)	**3.583.058,79**
Transferências Financeiras Recebidas	3.583.058,79
Interferências Financeiras (III)	**0,01**
Juros e Encargos de Mora Sobre Créditos Tributários - CC	0,01
Recebimentos Extraorçamentários (IV)	**1.637.385,55**
Inscrição de restos a Pagar Não Processados	583.119,25
Inscrição de restos a Pagar Processados	26.116,64
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	74.987,79
Demais Obrigações a Curto Prazo	953.161,87
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (V)	**1.964.178,68**
Banco Contas Movimento	815.163,11
Banco Contas Vinculadas	1.148.914,18
Poupança	101,39
Total (VI) = (I+II+III+IV+V)	**25.175.383,38**

Dispêndios	
Despesas Orçamentárias (VII)	**17.873.260,97**
Ordinária	**8.718.687,66**
Vinculada	**9.154.573,31**
Receitas de Impostos e de Transferência de Imposto	1.362.668,32
Receita impostos e transf – Saúde	2.713.154,52
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Ilumin	109.644,55
Fundo Especial do Petróleo	85.411,42
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico -	13.294,03
Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assi	142.641,51
Salário Educação	114.073,28
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar -	24.490,00
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	27.520,79
Convênio Trânsito - Prefeitura	7.020,36
Convênio estado pavimentação asfáltica	194,35
Assistência Farmacêutica Básica	31.734,71
Atenção Básica	1.506.095,14
Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	129.602,18
SUPERAVIT Multas de Trânsito 35% - Policia Civil	2.118,46
SUPERAVIT FINACEIRO REC. ASSIST. SOCIAL -FNAS	77.407,80

Outras transf diretas do FNDE	18.326,92
Outros recursos do FNDE	43.805,32
Convênio Estado Recuperação Estradas	289.056,05
Convênio Turismo – Cobertura Rua SJL	97.684,78
SUPERAVIT - Atenção Básica	168.068,29
SUPERAVIT CIDE	6.404,36
Convênio Pavimentação asfáltica	31.445,14
Convenio PETI – FMAS	294,47
Convênio Estado Pavimentação Asfáltica Bigua	92.996,96
SUPERAVIT - Atenção de Média e Alta Complexidade	36.643,08
SUPERAVIT - Assistência Farmacêutica Básica	5.607,90
Supevavit convenio transito prefeitura	1.908,00
SUPERAVIT - Gestão do SUS	7.092,70
Convenio construção ginásio Bigua	317.590,79
Convênio Construção barracão industrial	266.840,21
Convenio União Patrulha mecanizada	23.750,00
Superávit Açoes Saúde 15% s/impostos e transf	8.358,75
Superávit convenio SUAS	30,00
Superávit Vigilancia em Saude	3.206,10
Superavit Assistencia Social Estado	17.978,26
Superávit multas trânsito 35% Polícia Civil	551,00
Superávit convenio transf. FNS Equipamentos	517,48
Superávit fundo especial do petróleo	19.228,26
Superavit outros recursos do FNS	6.318,45
Superávit transf FUNDEB	15.151,88
Superávit PNAE	5.000,00
Superavit PNATE	1.569,00
Superavit salario educação	15.826,64
Transferência convênios Assist Social	6.609,35
Transferências Financeiras Concedidas (VIII)	**3.583.058,79**
Transferências Financeiras Concedidas	3.583.058,79
Interferências Financeiras (IX)	**0,01**
Juros e Encargos de Mora Sobre Créditos Tributários - CC	0,01

Pagamentos Extraorçamentários (X)	**1.832.742,53**
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	74.987,79
Demais Obrigações a Curto Prazo	953.464,33
Restos a Pagar Não Processados Pagos	792.156,81
Restos a Pagar Processados Pagos	12.133,60
Saldo em Espécie do Exercício Seguinte (XI)	**1.886.321,08**
Banco Contas Movimento	741.882,39
Banco Contas Vinculadas	1.144.332,51
Poupança	106,18
Total (XII) = (VII+VIII+IX+X+XI)	**25.175.383,38**

Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial também é exigência do artigo 101 da Lei Federal n° 4.320/64, juntamente com o Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e a Demonstração das Variações Patrimoniais.

O artigo 105 da mesma Lei Federal 4.320/64 dispõe:

Art. 105. O Balanço Patrimonial demonstrará:
I - O Ativo Financeiro;
II - O Ativo Permanente;
III - O Passivo Financeiro;
IV - O Passivo Permanente;
V - O Saldo Patrimonial;
VI - As Contas de Compensação.

§ 1° O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.
§ 2° O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.
§ 3° O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outros pagamentos, independa de autorização orçamentária.
§ 4° O Passivo Permanente compreenderá as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.
§ 5° Nas contas de compensação serão registrados os bens, valores, obrigações e situações não compreendidas nos parágrafos anteriores e que, imediata ou indiretamente, possam vir a afetar o patrimônio.

O Balanço Patrimonial é o demonstrativo contábil em que se evidencia, ao final do exercício (ou num dado momento), a situação patrimonial da entidade compreendendo os bens e direitos (que compõem o ativo financeiro e o ativo permanente), as obrigações (que compõem o passivo financeiro e o passivo permanente) e as Contas de Compensação, em que serão

registrados os bens, valores, obrigações e situações que, mediata ou imediatamente, possam afetar o patrimônio da entidade.

A situação patrimonial da entidade vem demonstrada a seguir:

Ativo	
Ativo Circulante	**2.039.690,92**
Caixa e Equivalentes De Caixa	1.886.321,08
Créditos a Curto Prazo	129.846,89
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	1.650,00
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamen	21.872,95
Ativo Não-Circulante	**18.673.654,67**
Imobilizado	18.354.993,36
Ativo Realizável a Longo Prazo	318.661,36
Total	**20.713.345,59**

Passivo	
Passivo Circulante	**1.006.896,62**
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistência	980.715,78
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	316.821,13
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	20.616,63
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	5.500,01
Demais Obrigações a Curto Prazo	64,20
Total do Passivo	**1.006.896,62**
Patrimônio Líquido	
Patrimônio Social e Capital Social	**13.210.001,57**
Patrimônio Social - Consolidação	13.210.001,57
Resultados Acumulados	**4.692.713,68**
Resultado do Exercício	1.803.733,72
Resultado de exercícios anteriores	4.692.713,68
Total Patrimônio Líquido	**19.706.448,97**
Total	**20.713.345,59**

Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais tem por objetivo apurar o resultado patrimonial do exercício, evidenciando as variações patrimoniais qualitativas e quantitativas,

dividindo-se em Variações Patrimoniais Aumentativas (aquelas que proporcionam aumento da situação patrimonial da entidade) e Variações Patrimoniais Diminutivas (aquelas que proporcionam redução da situação patrimonial da entidade). O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas.

As Variações Patrimoniais apresentam o seguinte demonstrativo:

I) Variações Patrimoniais Aumentativas	**24.162.818,45**
Impostos, Taxas e Contribuições De Melhoria	**1.111.195,12**
Impostos	988.041,38
Taxas	123.153,74
Contribuições	**126.306,70**
Contribuição De Iluminação Pública	109.644,55
Contrib. De intervenção no domínio econômico	16.662,15
Exploração e Venda De Bens, Serviços e Direitos	**4.591,08**
Exploração De Bens e Direitos e Prestação De Serviços	4.591,08
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	**89.219,73**
Juros e Encargos De Mora	34.930,28
Remuneração De Depósitos Bancários e Aplicações Financ	54.289,45
Transferências e Delegações Recebidas	**22.150.531,66**
Transferências Intragovernamentais	3.583.058,79
Transferências Inter Governamentais	18.567.472,87
Valorização e Ganhos Com Ativos e Desincorporação De Passivos	**11.261,84**
Ganhos com desincorporação de passivos	11.261,84
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	**669.712,32**
Reversão De Provisões e Ajustes De Perdas	125.351,89
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	544.360,43
II) Variações Patrimoniais Diminutivas	**22.359.084,73**
Pessoal e Encargos	**8.267598,26**
Remuneração a Pessoal	6.822.983,55
Encargos Patronais	1.444.614,71
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	**99.367,03**
Pensões	94.133,03
Outros benefícios previdenciários e assistenciais	5.234,00
Uso De Bens, Serviços e Consumo De Capital Fixo	**7.077.409,22**

Uso De Material De Consumo	3.070.909,39
Serviços	3.561.747,48
Depreciação, Amortização e Exaustão	444.752,35
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	**72,10**
Variações monetárias e cambiais	72,10
Transferências e Delegações Concedidas	**6.704.702,78**
Transferências Intragovernamentais	3.583.058,79
Transferências Inter Governamentais	2.647.947,62
Transferências a Instituições Privadas	108.843,66
Transferências a Consórcios Públicos	128.788,98
Outras Transferências e Delegações Concedidas	236.063,73
Tributárias	**165.800,23**
Contribuições	165.800,23
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	**43.799,61**
Premiações	3.120
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	40.679,61
III) Resultado Patrimonial do Período (I-II)	**1.803.733,72**

IV. Informações sobre transferência de recursos mediante convenio, termo de parceria, termo de cooperação ou instrumento congênere:

Nº Lei/Entidade	**CNPJ**	**Valor Original**	**Valor Atualizado**	**Nº de Parcelas pagas**	**Critérios de Atualização**
Lei Municipal 1.377/2018 de 06/03/2018 – Contribuição Financeira APAE	02.987.749.0001-08 Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais	R$8.000,00	8.000,00	02	
Lei Municipal nº 1380 de 27/03/2018	28.052.543/0001-71 – LIONS CLUBE	R$30.000,00	30.000,00	01	

A entidades beneficiada com repasse financeiro do Município prestou contas regularmente das parcelas recebidas e as mesmas eram submetidas a análise da controladoria interna a qual

aprovou todas as parcelas prestado contas.

VI Informações sobre as recomendações expedidas pelo órgão de controle interno e as providencias adotadas no exercício:

Em relação as recomendações e apontamentos citados, destacamos a recomendação para criação de rampa de acessibilidade no Posto de Saúde, a qual foi realizada. Foi também realizado Teste Seletivo para contratação temporária e excepcional, pois Iraceminha é um município com pouca população, inserido em uma região com municípios com característica similar, o que acomete em baixo número de profissionais habilitados, principalmente no magistério, demandando teste seletivo para reposição do efetivo em caso de licenças e afastamentos do efetivo. Conforme solicitação de espaço para depósito de arquivo morto pelo controle interno, foi disponibilizado local adequado para o mesmo. Salienta-se que a recomendação de espaço para almoxarifado, conforme recomendação feita no ano de 2017 pelo Controle Interno, ainda não pode ser concretizada devido a falta de espaço físico e problemas financeiros da Prefeitura para tal.

VII – Acompanhamento das ações relacionadas a contratos de gestão vigentes no exercício:

O município de Iraceminha não possui contrato de gestão firmado com entidades.

VII - Avaliação dos termos de parcerias celebrados pela unidade jurisdicionada:

O município no ano de 2018 firmou Termo de Fomento nº 001/2018 no valor de R$30.000,00, através da parceria com o LIONS CLUB IRACEMINHA, com o objetivo de custear despesas para a realização do baile da escolha das soberanas, incluindo-se locação da estrutura, segurança, show musical, taxas e serviços, filmagens/fotos, locação de vestidos, maquiagem e demais. Os objetivos da parceria foram realizados e a prestação de conta foi adequadamente feita e aprovada.

Houve também termo de convênio com a APAE de Iraceminha, em que o valor repassado foi de R$ 8.000,00, sendo os gatos devidamente comprovados e sua prestação de conta aprovada.